

<p>SALÁRIO BASE</p>	<p>É o valor a ser efetivamente pago ao profissional envolvido diretamente na execução contratual, não devendo ser inferior ao estabelecido em acordo, convenção ou sentença normativa. Não recai em excesso de formalismo a exigência de cumprir os valores e normas estabelecidas nas Convenções Coletivas de Trabalho, conforme excerto do Acórdão TCU 963/2004 – Plenário: “Ademais, não se verifica excesso de formalismo ao se exigir que os licitantes cumpram com as normas estabelecidas na convenção coletiva de trabalho, pois o agravante poderá sofrer com futuras ações trabalhistas”. Somente poderá ser definido com base em pesquisa de mercado na hipótese de acordo coletivo não estipular piso salarial ou em que houver necessidade de profissionais com habilitação / experiência superior àqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria (Acórdão 614 /2008 e IN MPOG SLTI 05/2017, art. 5º, VI)</p> <p>A administração deve abster-se de adotar salários superiores ao previstos nas respectivas Convenções Coletivas de Trabalhos sem a devida formalização, no processo licitatório, da fundamentação. ACORDÃO Nº 3.006/2010 – Plenário e nº 1.122/2008, ambos do TCU, por descumprimento o art.40, Inciso X, da Lei nº 8.666/1993.</p>
<p>ADICIONAL DE PERICULOSIDADE</p>	<p>Consiste em um adicional previsto em legislação ou Acordo Coletivo decorrente de trabalho em condições de periculosidade, ou seja, que impliquem em condições de risco a saúde do trabalhador ou integridade física. (Fundamentações Legais: Art. 193 e 194 da CLT, art. 7º, inciso XXIII da Constituição Federal, Norma Reguladora 16 do MTE, Súmula 364 do TST, Súmula 191 do TST, Lei 12.740 de 08/12/12 e Orientação Jurisprudência 406 da SDI 1 do TST).</p> <p>O salário de referência para cálculo do custo deve ser apenas o salário básico e não sobre este acrescido de outros adicionais. Ressalva quanto aos casos de eletricitista, o cálculo deve ser efetuado sobre a totalidade das parcelas de natureza salarial, prevê a Súmula 191 do TST. A Norma Regulamentadora nº 16, do Ministério do Trabalho e Emprego, estabelece o adicional de 30% incidente sobre o salário do empregado.</p>
<p>ADICIONAL DE INSALUBRIDADE</p>	<p>Consiste em um adicional previsto em legislação ou Acordo Coletivo decorrente de trabalho em condições de insalubridade, ou seja, que impliquem em exposição dos empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância considerados adequados. (Fundamentações Legais: Art. 189 a 192 da CLT, art. 7º, inciso XXIII da Constituição Federal, Súmula 228 do TST e Súmula 139 do TST).</p> <p>A Norma Regulamentadora nº 15, do Ministério do Trabalho e Emprego, assegura aos trabalhadores a percepção de adicional de insalubridade, em consonância com os graus máximo, médio e mínimo, equivalentes, respectivamente, a 40%, 20% e 10%.</p>

<p>É condição necessária à implementação dos respectivos adicionais a apresentação de LAUDO TÉCNICO DE CONDIÇÃO AMBIENTAL DE TRABALHO – LTCAT. Normas Regulamentadoras 15 e 16 MTE cominadas com o art. 195 da CLT. A fixação em Convenção Coletiva de Trabalho não supera a legislação (NR 15), que prevê a aplicação de posicionamento do Serviço de Saúde do Trabalhador. (NR 15 – 15.4.1.1 – Cabe à autoridade competente em matéria de segurança e saúde do trabalhador, comprovada a insalubridade por laudo técnico de engenheiro de segurança do trabalhador ou médico do trabalhador, devidamente habilitado, fixar adicional devido aos empregados expostos à insalubridade quando impraticável sua eliminação ou neutralização). No ausência da fixação de uma base de cálculo na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT, a licitante no ato da apresentação do LTCAT deverá apresentar a memória de cálculo do adicional.</p> <p>O pagamento desse adicional pela empresa prestadora de serviço com alocação de mão de obra em regime de exclusividade deve ser objeto de atenção pela Administração contratante, pois, verificado o exercício da atividade em condições insalubres, surge o direito dos empregados, o qual, se não for observado pela empresa contratada, expõe a Administração contratante ao risco da responsabilização subsidiária trabalhista, na forma da Súmula nº 331 do TST.</p> <p>Ocorre que, segundo a disciplina normativa aplicável, “o dever de providenciar a perícia para fins de pagamento de adicional de insalubridade é da empresa contratada, e não da Administração tomadora dos serviços.”</p> <p>Em vista disso, o Plenário do TCU, no ACORDÃO nº 727/2009, expедиu determinação para que: “inclua no edital, como obrigação da contratada, a realização de perícia, a ser realizada por profissional competente e devidamente registrado no MTE, atestando o grau de insalubridade (máximo, médio ou mínimo), quando for o caso, bem como se a atividade apontada como insalubre consta na relação da NR – 15 do MT, nos termos do art. 192 da CLT e NR – 15, aprovada pela Portaria 3.214/78 do MTE, ficando o pagamento do adicional de insalubridade condicionado à realização da referida perícia.”</p> <p>O edital também deve prever que, constatada a incidência do adicional, a empresa fica obrigada a pagar a todos os empregados envolvidos na prestação dos serviços desde o início de sua execução, e, nesse caso, também haverá direito à revisão de preços, na forma do art. 65, inc II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/93.</p> <p>➤ AGU confirma salário mínimo como base de cálculo para adicional de insalubridade.</p> <ul style="list-style-type: none"> Os advogados da União explicam que, apesar do o STF ter definido que é institucional utilizar o salário mínimo como base de cálculo de vantagens em casos não previstos pela própria Constituição, a própria Súmula Vinculante nº 4 determina que outro parâmetro não poderia ser fixado mediante decisão judicial, mas apenas por meio de lei ou acordo coletivo. <p>Dessa forma, de acordo com a procuradoria, até a edição de lei ou celebração de acordo coletivo o salário mínimo deve continuar sendo utilizado como parâmetro para o adicional.</p> <ul style="list-style-type: none"> Acolhendo os argumentos da AGU, a Subseção II Especializada em Dissídios Individuais do TST reconheceu a violação do artigo 192 da CLT e reformou o acórdão do TRT da 10ª Região. A corte manteve o salário mínimo como base de cálculo até a edição de lei ou celebração de convenção coletiva. “Diante dos limites impostos na Súmula Vinculante nº 4 do STF, na qual, mesmo afastando-se o salário mínimo como base de cálculo do adicional de insalubridade, outro parâmetro não pode ser fixado mediante decisão judicial, entende-se que, na ausência de instrumento coletivo ou lei expressamente fixando base de cálculo diversa, subsiste o salário mínimo, entendeu o TST”. Ref: Processo nº 0000057-63.2013.5.10.0000 – TST.
--

ADICIONAL NOTURNO	
A base de cálculo é o salário da categoria, porém, deve ser proporcional à quantidade de horas consideradas como noturnas pelo art. 73 da CLT, ou seja, das 22 horas de um dia às 5 horas do dia seguinte (7 horas de 52min30seg). Ressalta-se, com a edição da Lei nº 13.467, de 2017, o entendimento da Súmula nº 60 (cumprida a jornada noturna e com o término após às 5h da manhã, o valor da hora noturna perduraria até o fim da jornada) não pode ser aplicado, haja vista que as prorrogações de trabalho noturno, de que trata o § 5º do art. 73 da CLT, foram absorvidos no § 1º do art. 59-A (serão considerados compensados dentro da jornada, sem necessidade de qualquer pagamento de adicional). Obs: O instrumento coletivo de trabalho poderá dispor de percentual diferente para pagamento de adicional noturno.	
Para calcular o valor da remuneração por hora trabalhada, considera-se, o divisor de horas de 220 horas mensais trabalhadas, conforme Acórdão do TST, mediante Recurso de Revista, no	
Processo nº TST-RR-1744-77.2011.5.09.0322. Caso haja disposição na convenção coletiva da categoria de outro divisor de horas, adota-se o previsto no referido instrumento.	
Verifica-se a orientação jurisprudencial nº 259 do TST no sentido de que o adicional de periculosidade integra a base de cálculo para formulação do adicional noturno. “OJ nº 259 TST: ADICIONAL NOTURNO. BASE DE CÁLCULO. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. INTEGRAÇÃO. O adicional de periculosidade deve compor a base de cálculo do adicional noturno, já que também neste horário o trabalhador permanece sob as condições de risco – Precedentes: TST ERR nº. 358975/97, 434601/98, 406853/97, 408059/97, 408059/97, 194918/95, 600712/99 e 491955/98”.	
➤ É VEDADA A REALIZAÇÃO DE HORA EXTRA OU PAGAMENTOS DE ADICIONAIS NÃO PREVISTOS NEM ESTIMADOS ORIGINALMENTE NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.	
ADICIONAL DE HORA NOTURNA REDUZIDA	
Caso a convenção coletiva de trabalho prever a incorporação do valor da hora de redução noturna ao salário base ou se a hora noturna adicional houver sido contemplada no valor do adicional noturno, o item hora noturna adicional será igual a 0 (zero). Caso a hora noturna adicional não houver sido contemplada no cálculo do adicional noturno, deverá ser calculada somente a hora de redução noturna.	
Para calcular o valor da remuneração por hora trabalhada, considera-se, o divisor de horas de 220 horas mensais trabalhadas, conforme Acórdão do TST, mediante Recurso de Revista, no	
Processo nº TST-RR-1744-77.2011.5.09.0322. Caso haja disposição na convenção coletiva da categoria de outro divisor de horas, adota-se o previsto no referido instrumento.	
OUTROS (Especificar)	
Podem ser inseridos outros custos que compõem a remuneração do empregado, caso estejam previstos em instrumento coletivo de trabalho, ou, ainda por força de lei.	
TRANSPORTE	
A composição é custo real do insumo, descontado o valor pago pelo empregado, bem como deve se realizada a proporcionalidade dos dias de trabalho, para aplicar o percentual de 6% do desconto, conforme preconiza o DECRETO nº 24.247/1987 EM SEU ART. 10º.	

A alíquota de desconto máximo previsto em acordo coletivo ou legislação pertinente (6%) do salário base (Lei 7418/85), caso não exista disposição em contrário na CCT.	
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	
A composição é o custo real do insumo, previsto na CCT, descontado o valor pago pelo empregado, caso exista disposição na CCT.	
O auxílio-alimentação é fornecido por dia efetivamente trabalhado. Nos casos de programas de alimentação do trabalhador a participação do trabalhador no custeio do auxílio está limitada a 20% do custo direto da refeição(art. 2º § 1º do Decreto nº 5/1991).	
OUTROS (Especificar)	
Podem ser inseridos outros custos que compõem a remuneração do empregado, caso estejam previstos em instrumento coletivo de trabalho, ou, ainda por força de lei.	
UNIFORMES , MATERIAIS , EQUIPAMENTOS E OUTROS (ESPECIFICAR)	
Os licitantes devem incluir todos os itens que compõem os respectivos insumos, considerando que os materiais e equipamentos devem ser ligados diretamente à execução dos serviços.	
Com relação a cotação de equipamentos, este item deve englobar os equipamentos de proteção individual – EPI’S. A não cotação deste insumo na planilha de custos e formação de preço não desobriga o seu fornecimento, bem como a fiscalização por parte da Administração, conforme preconiza o Art. 158, § único, alínea b da CLT.	
ATENÇÃO	
➤ DEPRECIÇÃO	
VIDA ÚTIL – Tabela IN RFB 1700/2017 e IN SRF 4/85	
VALOR RESIDUAL – 20% (percentual praticados nas licitações) sobre o item depreciável.	
MEMÓRIA DE CÁLCULO	
Valor Residual – Valor total do imobilizado x 20%.	
Valor depreciável – Valor total do imobilizado – Valor residual.	
Depreciação Anual – Valor depreciável x Percentual da Tabela IN RFB 162/98.	
Depreciação Mensal – Depreciação Anual / 12 meses.	
• Definições sobre depreciação	
1. Ativo Imobilizado é o item tangível que:	

a.	é mantido para uso produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos; e
b.	se espera utilizar por mais de um período.
2.	Custo de Aquisição – é o montante de caixa ou equivalente de caixa pago ou o valor justo de qualquer outro recurso dado para adquirir um ativo na data da sua aquisição ou construção, ou ainda, se for o caso, o valor atribuído ao ativo quando inicialmente reconhecido de acordo com as disposições específicas de outros Pronunciamentos, como, por exemplo, o Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento baseado em ações.
3.	Valor Depreciável – é o custo de um ativo ou outro valor que substitua o custo, menos o seu valor residual.
4.	Depreciação
a.	é a alocação sistemática do valor depreciável de um ativo ao longo de sua vida útil, ou
b.	é a redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência - Definição MCASP 2016.
c.	é feita em elementos para elementos patrimoniais tangíveis e tem múltiplas causas da redução de valores – o uso, a ação da natureza e obsolescência, de forma que se inicia a partir do momento em que o item do ativo se tornar disponível para uso.
5.	Valor residual de um ativo - é o valor estimado que a entidade obterá com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperadas para o fim de sua vida útil.
6.	O valor depreciável de um ativo é determinado após a dedução de seu valor residual.
•	Verificou-se nas últimas licitações dos órgãos de controle a prática do valor residual de 20% sobre os valores dos itens depreciáveis.
ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	
•	13º Salário - Art. 7º, Inciso VIII, da Constituição Federal, Lei 4.090/1962 e Lei 7.787/1989 (Acórdão 1753/2008 – Plenário) - Memória de cálculo: $[(1/12) \times 100] = 8,33\%$.
•	Adicional de Férias – Inciso XVII do art.7º da Constituição Federal e artº 142 da CLT - A Constituição Federal prevê que as férias sejam pagas com adicional de, pelo menos, um terço da remuneração do mês. Assim, a provisão para atender às despesas relativas ao abono de férias, corresponde ao cálculo indicado - Memória de cálculo: $[(1/3) \times (1/11) \times 100] = 3,03\%$
•	Previdência Social – Art. 22, Inciso I, da Lei 8.212/91.
•	FGTS – Art. 15, da Lei 8.030/90 e Art. 7º, III, da Constituição Federal de 1988.
•	Salário Educação – Art. 3º, Inciso I, do Decreto 87.043/1982 e Art. 15 da Lei 9.424/1996.
•	SESI/SENAC – Art. 30 da Lei 8.036/90 e Art. 1º da Lei 8.154/1990.

• SENAI/SENAC – Decreto-lei 2.318/1986.
• INCRA – Art. 1º, Inciso I, do Decreto-lei 1.146/1970 e Art. 15 da Lei Complementar 11/1971.
• Seguro Acidente de Trabalho e FAP – Art. 22, Inciso II, alíneas B e C da Lei 8.212/1991, Resolução MPS/CNPS 1.316/2010, Súmula 351 STJ, Dcreto 6.042/2007, Decreto 6.957/2009 e Decreto 3.048/1999.
Corresponde ao percentuais de 1%, 2% ou 3% dependendo do grau de risco de acidente do trabalho, previsto no art. 22, inciso II, da Lei 8.212/91. Lembrando que os percentuais estabelecidos para o SAT podem variar de 0,50% a 6% em função do FAP – FATOR DE ACIDENTES PREVIDENCIÁRIO (Decreto nº 6.957/2009. Resolução MPS/CNPS nº 1.316, 31 de maio 2010 – DOU de 14/06/2010).
A licitante deve preencher o Seguro Acidente de Trabalho da planilha de custo e formação de preço com o valo de seu FAP, a ser comprovado no envio de sua proposta adequada ao lance vencedor, mediante apresentação da GFIP ou outro documento apto a fazê-lo.
• SEBRAE – Lei 8.029/1990, alterada pela Lei 8.154/1990.
• Aviso Prévio Indenizado - Art. 7º, XXI da Constituição Federal, e Art. 487, § 1º da CLT - Trata-se de valor devido ao empregado caso o empregador rescinda o contrato sem justo motivo e sem lhe conceder aviso prévio. De acordo com levantamento efetuado em diversos contratos, cerca de 5% do pessoal é demitido pelo empregador, antes do término do contrato de trabalho. Memória de cálculo: $\{[0,05 \times (1/12)] \times 100\} = 0,42\%$.
• Incidência do FGTS s/aviso prévio indenizado - Aplicar o percentual do FGTS sobre o valor obtido do Aviso prévio indenizado - Memória de cálculo: $(8\%) \times (0,42\%) = 0,03\%$.
• Multa do FGTS do aviso prévio indenizado – Art. 18, § 1º da Lei 8.036/1990 e Art. 1º da Lei Complementar 110/2001 - Multa FGTS Rescisão sem Justa Causa – Lei Complementar 110/2001 – Determina multa de 40%, da soma dos depósitos do FGTS, no caso de rescisão sem justa causa. Considerando que 10% dos empregados pedem contas, essa penalidade recai sobre os 90% remanescentes. Considerando o pagamento da multa para os valores depositados relativos a salários, férias e 13º salários - Memória de cálculo: $0,08 \times 0,4 \times 0,9 \times (1 + 5/56 + 5/56 + 1/3 * 5/56) = 3,48\%$.
• Aviso Prévio Trabalhado – Segundo o Acordão do TCU nº 1904/2007 Plenário o percentual mais adequado é 1,94%, pois esse índice indeniza todos os funcionários da empresa ao término do contrato - Memória de cálculo: $\{[(7/30) / 12] \times 100\} = 1,94\%$.
• Incidência dos encargos do submódulo 4.1 sobre o aviso prévio trabalhado - Aplicar o percentual do submódulo 4.1 sobre o valor obtido do aviso prévio trabalhado.- Memória de cálculo: $(36,80\%) \times (1,94\%) = 0,71\%$.
• Multa do Aviso Prévio Trabalhado – Esse campo corresponde ao valor da multa do FGTS trabalhado (40%), que incide sobre a alíquota do FGTS (8%) aplicado sobre o custo de referência do aviso prévio trabalhado. - Memória de cálculo: $(0,08 \times 0,4 \times 0,01944) = 0,06\%$.
• Férias – Art. 7º, Inciso XVII, da Constituição Federal. Serve para provisionar o pagamento da gratificação natalina, que corresponde a um salário mensal por ano além dos 12 devidos - Memória de cálculo: $[(1/12) \times 100] = 8,33\%$. – IN 05/17 = 9,07

<ul style="list-style-type: none"> • Ausências Legais – Arts. 83 e 473 da CLT. (Acórdão TCU 1753/2008 – Plenário, considerando que o texto prevê as faltas por ano e não por mês) - Composta por um conjunto de casos em que o funcionário pode se ausentar sem perda da remuneração. Ausências ao trabalho asseguradas ao empregado pelos artigos 83 e 473 da CLT (morte de cônjuge, ascendente, descendente, casamento, nascimento de filho, doação de sangue, alistamento eleitoral, serviço militar, comparecer a juízo). Composta por um conjunto de casos em que o funcionário pode se ausentar sem perda da remuneração. Ausências ao trabalho asseguradas ao empregado pelos artigos 83 e 473 da CLT (morte de cônjuge, ascendente, descendente, casamento, nascimento de filho, doação de sangue, alistamento eleitoral, serviço militar, comparecer a juízo) - O MPOG informa que há, em média, 2,96 faltas por ano - Memória de cálculo: $\{[(2,96/30)/12] \times 100\} = 0,82\%$.
<ul style="list-style-type: none"> • Licença Paternidade – Art. 7º, Inciso XIX, da Constituição Federal, combinado com o Art. 10, § 1º, ADCT. Concede ao empregado o direito de ausentar-se do serviço por cinco dias quando do nascimento de filho. De acordo com o IBGE, nascem filhos de 1,5% dos trabalhadores no período de um ano - Memória de cálculo: $\{[(5/300)/12] \times 0,015\} \times 100 = 0,02\%$.
<ul style="list-style-type: none"> • Ausências por Acidente de Trabalho – Art. 131 da CLT - O Regulamento Geral da Previdência obriga o empregador a assumir o ônus financeiro pelo prazo de 15 dias no caso de acidente de trabalho previsto no art. 131 da CLT. De acordo com os números mais recentes apresentados pelo Ministério da Previdência de Assistência Social, baseados em informações prestadas pelos empregadores, por meio da GFIP, 078% dos empregados se acidentam no ano - Memória de cálculo: $\{[(15/30)/12] \times 0,0078\} \times 100 = 0,03\%$.
<ul style="list-style-type: none"> • Afastamento Maternidade - Art. 7º, Inciso XVIII, da Constituição Federal. Regulado pela Lei 8.213/1991, Art. 72 - De acordo com dados estatísticos do IBGE, a taxa de natalidade brasileira é de 1,44%. Estima-se que 10% das empregadas engravidam em cada ano de execução contratual. Considerando-se o custo de encargos como sendo 43,68% da remuneração (CPP 20,00% + SAT 4,00% + 13º Salário 8,33% + FGTS 8,00% + Multa Rescisória 3,48%) e que a licença maternidade dure 4 meses - Memória de cálculo: $\{[(0,0144 \times 0,01 \times 0,4368) \times 4]/12\} = 0,03\%$.
<ul style="list-style-type: none"> • Ausência por doença – Art. 131, Inciso III, da CLT - Trata-se da parcela referente aos dias em que o empregado fica doente e a contratada deve providenciar sua substituição. De acordo com o art. 131, inciso III, da CLT, a empresa é onerada com até 15 dias (quinze) ausências do empregado por motivo de acidente ou doença atestada pelo INSS. Entende-se que deva ser adotado 5,96 dias, conforme consta do memorial de cálculo encaminhado pelo MPOG, devendo-se converter esses dias em mês e depois divid-lo pelo número de meses no ano. (Acórdão 1753/2008 – Plenário) - Memória de cálculo: $\{[(5,96/30)/12] \times 100\} = 1,66\%$.
<p>➤ Nota: Percentual máximo dos encargos sociais e trabalhistas para o primeiro ano da contratação.</p>
<p>➤ Nota: Os percentuais diferentes do apresentado neste manual devem ter a sua memória de cálculo evidenciada, no ato da apresentação de sua proposta.</p>
<p>CUSTOS INDIRETOS</p> <p>É definido como referência percentual 5% baseado na Nota Técnica 001/2007 STF e no percentual utilizado pelo TCU nas últimas contratações (Acórdão TCU 1.753/2008 – Plenário).</p>

<ul style="list-style-type: none"> São custos envolvidos na execução contratual decorrentes dos gastos da contratada com a sua estrutura administrativa e organizacional que resultam no rateio entre os diversos contratos que a empresa detém, tais como:
<ul style="list-style-type: none"> Remuneração de pessoal administrativo;
<ul style="list-style-type: none"> Transporte pessoal administrativo;
<ul style="list-style-type: none"> Aluguel da sede;
<ul style="list-style-type: none"> Manutenção e conservação da sede;
<ul style="list-style-type: none"> Despesas com água, luz e comunicação;
<ul style="list-style-type: none"> Imposto predial, taxa de funcionamento;
<ul style="list-style-type: none"> Material de escritório;
<ul style="list-style-type: none"> Manutenção de equipamento de escritório;
<ul style="list-style-type: none"> Seguros.
<ul style="list-style-type: none"> O cálculo dos valores limites da IN 002/08 – MPOG (Portaria 07/2011 MPOG), estabelece para os serviços de vigilância e limpeza os percentuais máximos de 6% e 3% respectivamente.
<ul style="list-style-type: none"> O valor é obtido aplicando-se o percentual sobre o somatório da remuneração, benefícios mensais e diários, insumos diversos e encargos sociais e trabalhistas.
LUCRO
É definido como referência percentual 10% baseado na Nota Técnica 001/2007 STF e no percentual utilizado pelo TCU nas últimas contratações.
<ul style="list-style-type: none"> O valor é obtido aplicando-se o percentual sobre a soma de todos os custos, incluindo os dos custos indiretos.
TRIBUTOS
São os valores referentes ao recolhimento de impostos e contribuições incidentes sobre o faturamento.
<ul style="list-style-type: none"> CONTRIBUIÇÃO PARA PIS/COFINS possui regras gerais de apuração:
<ul style="list-style-type: none"> Lucro Presumido – Nesse regime a alíquota de contribuição para o PIS/PASEP é de 0,65% e da COFINS de 3%;
<ul style="list-style-type: none"> Lucro Real – Nesse regime a alíquota de contribuição para o PIS/PASEP é de 1,65% e da COFINS de 7,60%.
<ul style="list-style-type: none"> CONTRIBUIÇÃO PARA IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISS/ISSQN – Alíquota máxima de 5%, porém, deve-se verificar a natureza do serviço prestado, a fim de se aplicar a alíquota correta.

<ul style="list-style-type: none"> ● CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL (SIMPLES NACIONAL) - Não poderão preencher os itens SESI OU SESC, SENAI OU SENAC, INCRA, SALÁRIO- EDUCAÇÃO E SEBRAE da planilha, isto é, SISTEMA "S", bem como o preenchimento de custos relativos aos tributos federais, de acordo com a tabela do SIMPLES NACIONAL – Anexo III (vigência a partir de 01/01/2012), Lei Complementar nº 123/2006. Ademais, devem observar o disposto do art. 17, inciso XII, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006. Além disso, o item 17 correspondente à Previdência Social do submódulo 4.1 - Encargos Sociais e Trabalhistas não deve ser preenchido, ao invés disso, inclui-se no Módulo 5 – Custos Indiretos, Tributos e Lucros na parte do Tributo na letra D a alíquota do CCP (Contribuição Previdenciária Patronal) da tabela do simples. ● CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RENDA BRUTA – O percentual do item 17 -Previdência Social que integra o submódulo 4.1 correspondente ao percentual de 20% (Contribuição Patronal) será zerado e no Módulo 5 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro deverá conter o tributo federal CPRB, com a alíquota correspondente ao enquadramento do ramo de atividade que a empresa é composta, conforme o CNAE. ● A empresa optante pela desoneração deverá comprovar por meio de Orientação do TCU Acórdãos 2859/2013 e 1212/2014:
1. Declarações assinadas por seus representantes legais e por seus contadores ou, na falta destes últimos, pelo responsável pelo setor de contabilidade;
2. Informação do correto enquadramento, ou seja, do percentual de desoneração aplicável aos contratos celebrados com o respectivo órgão/entidade, nos termos da Lei nº 12.546/2011, do Decreto nº 7.828/2012, e de pertinentes alterações posteriores;
3. Toda a documentação de que trata este tópico 5º deverá ser acompanhada dos cabíveis documentos comprobatórios.
<ul style="list-style-type: none"> ● O órgão/entidade deverá alertar as empresas contratadas de que a apresentação de declarações falsas, com indícios de cometimentos de fraude fiscal, poderá implicar a aplicação das penalidades previstas no art. 7º da Lei 10.520/2002, bem como, no que couber, da Lei 8.666/1993, subsidiariamente, respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa. ● Em observância ao princípio do contraditório e ao disposto no art 65, inciso II, alínea " d ", da Lei 8.666/1993, o órgão/entidade deverá, oportunamente, enviar às empresas contratadas a pertinente instrução elaborada pela unidade técnica com os novos preços, objeto da desoneração, acompanhada das respectivas planilhas de custos que deram suporte aos cálculos e aos valores obtidos. ● Para fins de comprovação do correto enquadramento, isto é, do percentual de desoneração, nos termos da Lei 12.546/2011, do Decreto 7.828/2012, e de pertinentes alterações posteriores, consideram-se documentos comprobatórios, entre outros: ● Para contratos baseados em planilhas de custos e formação de preços:
1. Guia GFIP;
2. Cópia do contrato social ou do estatuto social;
3. Nova planilha de custos e formação de preços.
<ul style="list-style-type: none"> ● Para contratos que não estejam baseados em planilhas de custos e formação de preços:
1. Balanços patrimoniais;
2. Balancetes;
3. Demonstrações de Resultados de Exercícios (DRE's);

4.	Relação de Serviços Prestados e/ou de Bens Fornecidos pela empresa contratada;
5.	Faturamento por Tipo de Serviços Prestados por Bens Fornecidos;
6.	Documentos pertinentes ou Declarações da Receita Federal do Brasil;
7.	Guia GFIP;
8.	Cópia do Contrato Social ou do Estatuto Social.
<p>• BASE DE CÁLCULO PARA APURAÇÃO DOS IMPOSTOS: Soma-se os totais dos módulos 1, 2, 3 e 4 mais os valores apurados de custo indireto e lucro, desse somatório total deve-se dividir pelo coeficiente obtido através de 100% - percentual dos tributos conforme regime tributário da licitante.</p>	
Demonstração para Licitante optante pelo Regime do Lucro Presumido ou Lucro Real.	
Total Módulo 1 + Total Módulo 2 + Total Módulo 3 + Total Módulo 4 + Custo Indireto + Lucro	

[100% - (5% ISS) - 7,6% (Cofins Lucro Real) ou 3,6% (Cofins Lucro Presumido) - 1,65% (PIS Lucro Real) ou 0,65% (PIS Lucro Presumido)] / 100	
Demonstração para Licitante optante pelo Simples Nacional:	
Total Módulo 1 + Total Módulo 2 + Total Módulo 3 + Total Módulo 4 + Custo Indireto + Lucro	

[100% - (5% ISS) – (% de Cofins conforme tabela do Simples que o licitante se enquadra) – (% de PIS conforme tabela do Simples que o licitante se enquadra) – (% de Contribuição Previdenciária Patronal conforme tabela do Simples que o licitante se enquadra)] / 100	
Demonstração para Licitante optante pela desoneração da folha de pagamento:	
Total Módulo 1 + Total Módulo 2 + Total Módulo 3 + Total Módulo 4 + Custo Indireto + Lucro	

[100% - (5% ISS) - 7,6% (Cofins Lucro Real) ou 3,6% (Cofins Lucro Presumido) - 1,65% (PIS Lucro Real) ou 0,65% (PIS Lucro Presumido) – (% de Contribuição previdenciária conforme opção de desoneração que o licitante se enquadra)] / 100	
O valor do tributo é obtido aplicando-se os percentuais sobre o valor do faturamento.	
ATENÇÃO:	

A licitante deve elaborar sua proposta e, por conseguinte, sua planilha com base no Regime de Tributação ao qual estará submetido durante a execução do contrato.
As empresas sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS (LUCRO REAL) devem atentar para o ACÓRDÃO TCU 1619/2008 – PLENÁRIO onde é solicitado apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem a média dos últimos 12 (doze) meses anteriores a contratação, o direito de compensação dos créditos é previsto no artº 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela administração pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.
Pede-se que a licitante apresente documentação que suporte seu enquadramento no tipo de serviço e alíquota do ISS na proposta orçamentária.
OBSERVAÇÕES FINAIS:
A licitante deve elaborar sua proposta e, por conseguinte, sua planilha com base no Regime de Tributação ao qual estará submetido durante a execução do contrato.
As empresas sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS (LUCRO REAL) devem atentar para o ACÓRDÃO TCU 1619/2008 – PLENÁRIO onde é solicitado apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem a média dos últimos 12 (doze) meses anteriores a contratação, o direito de compensação dos créditos é previsto no artº 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela administração pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.
Pede-se que a licitante apresente documentação que suporte seu enquadramento no tipo de serviço e alíquota do ISS na proposta orçamentária.
A planilha não é imutável e, sempre que necessário, será atualizada para atender às alterações da legislação e recomendações proferidas pelo Tribunal de Contas da União – TCU, Conselho Nacional de Justiça – CNJ e decisões do Tribunal Superior do Trabalho – TST.
Jurisprudência – TCU (Acórdão 1.319/2001 – 2ª Câmara) – ... 1.5.1.1.2. não preveja nos orçamentos das licitações e não permita a inclusão, por parte do licitantes, das seguintes rubricas nas planilhas de preços: Reserva Técnica, Treinamentos e/ou Reciclagem de Pessoal, IOF + Transações Bancárias, CSLL e IRPJ no quadro Tributos, Descanso Semanal Remunerado (DSR), Hora Extra: salvo nos casos em que a empresa comprovar documentalmente estas despesas, fazendo constar as justificativas no processo administrativo relativo à contratação. Jurisprudência – TCU (Acórdão 1.696/2010 – 2ª Câmara) - ... 1.5.1.2. não aceite a elevação injustificada do percentual relativos aos Encargos Sociais Incidentes sobre a remuneração dos prestadores, devendo justificar quaisquer necessidades excepcionais na execução dos serviços que importe em majoração dos custos.

MODELO PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS	
Processo Nº	
Licitação Nº	
Dia ____ / ____ às ____: ____ horas	
Data de apresentação da proposta (dia /mês /ano)	
Município/UF:	
Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo:	
Nº de meses de execução contratual:	
Mão-de-obra vinculada à execução contratual	
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO	
Tipo de Serviço: SERVIÇO CONTINUADO DE BRIGADA DE INCÊNDIO PARA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE PRIMEIROS SOCORROS, SALVAMENTO, RESGATE, OPERAÇÃO COM PRODUTOS PERIGOSOS, SEGURANÇA DE OPERAÇÕES COM AERONAVE DE ASAS ROTATIVAS EM HELIPONTO HOSPITALAR, PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO, CAPACITAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E ENGENHARIA DE INCÊNDIO E SEGURANÇA DO TRABALHO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA.	
Unidade de Medida:	
Quantidade total a contratar (Em função da unidade de medida):	
DADOS PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTES A MÃO DE OBRA	
Tipo de Serviço: SERVIÇO CONTINUADO DE BRIGADA DE INCÊNDIO PARA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE PRIMEIROS SOCORROS, SALVAMENTO, RESGATE, OPERAÇÃO COM PRODUTOS PERIGOSOS, SEGURANÇA DE OPERAÇÕES COM AERONAVE DE ASAS ROTATIVAS EM HELIPONTO HOSPITALAR, PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO, CAPACITAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E ENGENHARIA DE INCÊNDIO E SEGURANÇA DO TRABALHO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA.	
Classificação Brasileira de Ocupações (CBO):	
Salário Normativo da Categoria Profissional:	
Categoria profissional (vinculada à execução contratual):	
Data base da categoria (dia/mês/ano):	
Salário para o cálculo de insalubridade (quando couber):	
COMPOSIÇÃO DE CUSTOS DE MÃO DE OBRA	

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	CUSTO POR EMPREGADO	VALOR
1	BOMBEIRO CIVIL - DIURNO	14	R\$ 6.491,13	90.875,77
2	BOMBEIRO CIVIL - NOTURNO	14	R\$ 7.015,15	98.212,14
3	BOMBEIRO CIVIL LIDER - DIURNO	3	R\$ 7.632,02	22.896,05
4	BOMBEIRO CIVIL LIDER - NOTURNO	3	R\$ 8.266,91	24.800,74
TOTAL		34		R\$ 236.784,71
MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DISPONIBILIZADOS NA EXECUÇÃO DO SERVIÇO				
TOTAL DOS INSUMOS DIVERSOS NA EXECUÇÃO DO SERVIÇO				R\$ 584,40
MANUTENÇÕES				
MANGUEIRAS				R\$ 342,00
EXTINTORES				R\$ 6.878,25
PEÇAS / COMPONENTES				R\$ 10.000,00
TOTAL				R\$ 17.220,25
CUSTO FORMAÇÃO BVI				
DESCRIÇÃO	VALOR	QUANTIDADE VOLUNTÁRIOS	TOTAL	
TREINAMENTO DE BVI 16H INCLUINDO TRANSLADO E REFEIÇÃO	R\$ 485,53	75	R\$	36.414,75
REVALIDAÇÃO DE BVI 8H INCLUINDO TRANSLADO E REFEIÇÃO	R\$ 419,23	150	R\$	62.884,50
TOTAL ANUAL			R\$	99.299,25
TOTAL MENSAL			R\$	8.274,94
COMPOSIÇÃO TOTAL DE CUSTOS DO SERVIÇO				
VALOR MENSAL ESTIMADO			R\$	262.864,29
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA				
(VALOR MENSAL DO SERVIÇO X N° DE MESES DA EXECUÇÃO DO CONTRATO)			R\$	3.154.371,51

TRÊS MILHÕES, CENTO E CINQUENTA E QUATRO MIL, TREZENTOS E SETENTA E UM REAIS E CINQUENTA E UM CENTAVOS	
1	<p>Em conformidade com o entendimento consignado no ACÓRDÃO nº 3006/2010 - TCU - Plenário, na elaboração das propostas, as licitantes deverão observar que o AVISO PRÉVIO, considera-se integralmente pago no primeiro ano do contrato, devendo o percentual relativo ao aviso prévio ser zerado nos anos subsequentes. Contudo, mediante a nova regra para o aviso prévio, definida na Lei nº 12.506/11, os anos subsequentes ao primeiro ano de contrato deverão considerar 03 dias para fins de aviso prévio até o limite de 12 dias. Deve-se ainda atentar ao entendimento do Acórdão 1.186/2017 e Nota Técnica 652/2017.</p>
2	<p>Consoante jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União, as licitantes deverão abster-se de incluir na planilha de custos e formação de preços os itens relativos à TREINAMENTO/CAPACITAÇÃO e/ou RECICLAGEM DE PESSOAL E RESERVA TÉCNICA.</p>
3	<p>O licitante deve preencher o item Seguro Acidente de Trabalho e FAP do submódulo 4.1 da planilha de custo e formação de preço com o percentual apresentado no relatório SEFIP/GFIP, que será comprovado mediante a apresentação do relatório GFIP ou outro documento apto a fazê-lo no momento do envio da proposta adequada ao lance vencedor.</p>
4	<p>AS EMPRESAS SUJEITAS AO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE INCIDÊNCIA NÃO CUMULATIVA DE PIS E COFINS (LUCRO REAL) DEVEM ATENTAR AO ACÓRDÃO TCU 1619/2008 - PLENÁRIO ONDE É SOLICITADO APRESENTAR DEMONSTRATIVO DE APURAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPROVANDO QUE OS PERCENTUAIS DOS REFERIDOS TRIBUTOS ADOTADOS NA TAXA DE BDI CORRESPONDEM A MÉDIA DOS ÚLTIMOS DOZE MESES ANTERIORES À CONTRATAÇÃO. O DIREITO DE COMPENSAÇÃO DOS CRÉDITOS É PREVISTO NO ART.3º DAS LEIS 10.637/2002 E 10.833/2003, DE FORMA A GARANTIR QUE OS PREÇOS CONTRATADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REFLITAM OS BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS CONCEDIDOS PELA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.</p>
5	<p>PEDE-SE QUE A LICITANTE APRESENTE DOCUMENTAÇÃO QUE SUPORTE SEU ENQUADRAMENTO NO TIPO DE SERVIÇO E ALÍQUOTA DO ISS APLICADA NA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA.</p>
6	<p>OS PERCENTUAIS PREENCHIDOS REFERENTE AOS ITENS CUSTOS INDIRETOS E LUCRO SÃO AS REFERÊNCIAS ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO, SEGUINDO ORIENTAÇÃO DA NOTA TÉCNICA STF 001/2007</p>
7	<p>A LICITANTE É RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DA COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE SEU PREÇO DE SUA PROPOSTA. LOGO, DEVE-SE ATENTAR AO ART.63 DA IN 05/2017: "A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta,devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação,exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisosdo § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993."</p>

MODELO PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS	
Processo Nº	
Licitação Nº	
Dia ____ / ____ às ____ : ____ horas	
Data de apresentação da proposta (dia /mês /ano)	
Município/UF:	
Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo: 2024/2025	
Nº de meses de execução contratual:	
Mão-de-obra vinculada à execução contratual	
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO	
Tipo de Serviço: SERVIÇO CONTINUADO DE BRIGADA DE INCÊNDIO PARA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE PRIMEIROS SOCORROS, SALVAMENTO, RESGATE, OPERAÇÃO COM PRODUTOS PERIGOSOS, SEGURANÇA DE OPERAÇÕES COM AERONAVE DE ASAS ROTATIVAS EM HELIPONTO HOSPITALAR, PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO, CAPACITAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E ENGENHARIA DE INCÊNDIO E SEGURANÇA DO TRABALHO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA.	
Unidade de Medida:	
Quantidade total a contratar (Em função da unidade de medida):	
DADOS PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTES A MÃO DE OBRA	
Tipo de Serviço: SERVIÇO CONTINUADO DE BRIGADA DE INCÊNDIO PARA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE PRIMEIROS SOCORROS, SALVAMENTO, RESGATE, OPERAÇÃO COM PRODUTOS PERIGOSOS, SEGURANÇA DE OPERAÇÕES COM AERONAVE DE ASAS ROTATIVAS EM HELIPONTO HOSPITALAR, PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO, CAPACITAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E ENGENHARIA DE INCÊNDIO E SEGURANÇA DO TRABALHO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA.	
Classificação Brasileira de Ocupações (CBO): 5171 - 10	
Salário Normativo da Categoria Profissional: R\$ 1.857,67	
Categoria profissional (vinculada à execução contratual): BOMBEIRO PROFISSIONAL CIVIL	
Data base da categoria (dia/mês/ano): 01º MARÇO	

Salário para o cálculo de insalubridade (quando couber):					
EMPREGADOS					
DESCRIÇÃO		CARGA HORÁRIA	SALÁRIO		
BOMBEIRO CIVIL - DIURNO		12 X 36	R\$	1.857,67	
TOTAL			R\$	1.857,67	
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO					
Item	Descrição	Valor unitário	%	Valor (R\$)	
A	Salário base			1.857,67	
B	Adicional de Periculosidade		30,00%	557,30	
C	Adicional de Insalubridade			-	
D	Adicional Noturno				
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida				
F	Outros (especificar)				
TOTAL				R\$	2.414,97
MÓDULO 2 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS					
2.1	Submódulo - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		%	Valor (R\$)	
A	Décimo-terceiro salário		8,33%	201,17	
B	Férias e Adicional de Férias		3,03%	73,17	
Total do Submódulo 2.1			11,36%	274,34	

2.2	Submódulo - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Outras Contribuições			%	Valor (R\$)
A	INSS			20,00%	537,86
B	Salário Educação			2,50%	67,23
C	SAT (PERCENTUAL DO RAT AJUSTADO - RELATÓRIO SEFIP/GFIP)			3,00%	80,68
D	SESI/SESC			1,50%	40,34
E	SENAI/SENAC			1,00%	26,89
F	SEBRAE			0,60%	16,14
H	FGTS			8,00%	215,14
Total do Submódulo 2.2					R\$ 984,29
2.3	Submódulo - Benefícios Mensais e Diários				
	Descrição		Valor unitário		Valor (R\$)
A	Transporte				148,54
B	Auxílio- Refeição /Alimentação				408,50
C	Gratificação Natalina			R\$	14,58
D	Seguro de vida, invalidez e funeral				-
E	Benefício Social Familiar				-
F	Outros (especificar)				-
Total do Submódulo 2.3					R\$ 571,62
Quadro Resumo do Módulo 2 - Encargos Sociais e Trabalhistas					Valor (R\$)
2.1	13º (décimo-terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias				274,34
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições				984,29

2.3	Benefícios Mensais e Diários			571,62
TOTAL				R\$ 1.830,25
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO				
3	Provisão para Rescisão		%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado		0,42%	10,14
B	Incidência do FGTS s/Aviso Prévio Indenizado		0,03%	0,81
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado		3,48%	84,04
D	Aviso Prévio Trabalhado		1,94%	46,85
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado		0,71%	17,15
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado		0,06%	1,50
TOTAL				R\$ 160,49
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				
4.1	Submódulo - Ausências Legais		%	Valor (R\$)
A	Substituto Férias		9,07%	219,04
B	Substituto Ausências legais		0,82%	19,80
C	Substituto Licença paternidade		0,02%	0,48
D	Substituto Ausências por Acidente de trabalho		0,03%	0,72
E	Substituto Afastamento maternidade		0,03%	0,72
F	Substituto Ausência por Doença		1,66%	40,09
Total do Submódulo 4.1				R\$ 280,86
4.2	Submódulo - Intra jornada			Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação			-

Total do Submódulo 4.1				R\$	-
Quadro Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente					
4.1	Substituto nas Ausências Legais				280,86
4.2	Substituto na Intraornada				-
TOTAL				R\$	280,86
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS					
Item	Descrição			Valor (R\$)	
A	Uniformes			120,24	
B	EPI'S			12,36	
TOTAL				R\$	132,59
MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO					
	Descrição		%	Valor (R\$)	
A	Custos Indiretos		5,00%	240,96	
B	Lucro		10,00%	506,01	
C	Tributos			6.491,13	
C - 1	COFINS (Contribuição para Seguridade Social)		7,60%	493,33	
C - 2	PIS (Programa de Integração Social)		1,65%	107,10	
C - 3	ISSQN (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza)		5,00%	324,56	
C - 4	Tributos Estaduais (especificar)		%		
C - 5	Outros Tributos (especificar)		%		
TOTAL				R\$	1.671,96
QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO					

	Descrição	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	2.414,97
B	Módulo 2 - Encargos Sociais e Trabalhistas e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	1.830,25
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	160,49
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	280,86
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	132,59
Subtotal (A + B + C + D + E)		4.819,17
F	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro	1.671,96
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 6.491,13

MODELO PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS	
Processo Nº	
Licitação Nº	
Dia ____ / ____ às ____ : ____ horas	
Data de apresentação da proposta (dia /mês /ano)	
Município/UF:	
Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo: 2024/2025	
Nº de meses de execução contratual:	
Mão-de-obra vinculada à execução contratual	
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO	
Tipo de Serviço: SERVIÇO CONTINUADO DE BRIGADA DE INCÊNDIO PARA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE PRIMEIROS SOCORROS, SALVAMENTO, RESGATE, OPERAÇÃO COM PRODUTOS PERIGOSOS, SEGURANÇA DE OPERAÇÕES COM AERONAVE DE ASAS ROTATIVAS EM HELIPONTO HOSPITALAR, PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO, CAPACITAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E ENGENHARIA DE INCÊNDIO E SEGURANÇA DO TRABALHO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA.	
Unidade de Medida:	
Quantidade total a contratar (Em função da unidade de medida):	
DADOS PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTES A MÃO DE OBRA	
Tipo de Serviço: SERVIÇO CONTINUADO DE BRIGADA DE INCÊNDIO PARA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE PRIMEIROS SOCORROS, SALVAMENTO, RESGATE, OPERAÇÃO COM PRODUTOS PERIGOSOS, SEGURANÇA DE OPERAÇÕES COM AERONAVE DE ASAS ROTATIVAS EM HELIPONTO HOSPITALAR, PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO, CAPACITAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E ENGENHARIA DE INCÊNDIO E SEGURANÇA DO TRABALHO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA.	
Classificação Brasileira de Ocupações (CBO): 5171 - 10	
Salário Normativo da Categoria Profissional: R\$ 1.857,67	
Categoria profissional (vinculada à execução contratual): BOMBEIRO PROFISSIONAL CIVIL	
Data base da categoria (dia/mês/ano): 01º MARÇO	

Salário para o cálculo de insalubridade (quando couber):				
EMPREGADOS				
DESCRIÇÃO		CARGA HORÁRIA	SALÁRIO	
BOMBEIRO CIVIL - NOTURNO		12 X 36	R\$	1.857,67
TOTAL			R\$	1.857,67
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
Item	Descrição	Valor unitário	%	Valor (R\$)
A	Salário base			1.857,67
B	Adicional de Periculosidade		30,00%	557,30
C	Adicional de Insalubridade			-
D	Adicional Noturno		20,00%	228,32
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida			
F	Outros (especificar)			
TOTAL			R\$	2.643,30
MÓDULO 2 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS				
2.1	Submódulo - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		%	Valor (R\$)
A	Décimo-terceiro salário		8,33%	220,19
B	Férias e Adicional de Férias		3,03%	80,09
Total do Submódulo 2.1			11,36%	300,28

2.2	Submódulo - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Outras Contribuições			%	Valor (R\$)
A	INSS			20,00%	588,71
B	Salário Educação			2,50%	73,59
C	SAT (PERCENTUAL DO RAT AJUSTADO - RELATÓRIO SEFIP/GFIP)			3,00%	88,31
D	SESI/SESC			1,50%	44,15
E	SENAI/SENAC			1,00%	29,44
F	SEBRAE			0,60%	17,66
H	FGTS			8,00%	235,49
Total do Submódulo 2.2					R\$ 1.077,35
2.3	Submódulo - Benefícios Mensais e Diários				
	Descrição		Valor unitário		Valor (R\$)
A	Transporte				148,54
B	Auxílio- Refeição /Alimentação				408,50
C	Gratificação Natalina			R\$	14,58
D	Seguro de vida, invalidez e funeral				-
E	Benefício Social Familiar				-
F	Outros (especificar)				-
Total do Submódulo 2.3					R\$ 571,62
Quadro Resumo do Módulo 2 - Encargos Sociais e Trabalhistas					
2.1	13º (décimo-terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias				300,28
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições				1.077,35

2.3	Benefícios Mensais e Diários			571,62
TOTAL				R\$ 1.949,25
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO				
3	Provisão para Rescisão		%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado		0,42%	11,10
B	Incidência do FGTS s/Aviso Prévio Indenizado		0,03%	0,89
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado		3,48%	91,99
D	Aviso Prévio Trabalhado		1,94%	51,28
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado		0,71%	18,77
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado		0,06%	1,64
TOTAL				R\$ 175,67
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				
4.1	Submódulo - Ausências Legais		%	Valor (R\$)
A	Substituto Férias		9,07%	239,75
B	Substituto Ausências legais		0,82%	21,68
C	Substituto Licença paternidade		0,02%	0,53
D	Substituto Ausências por Acidente de trabalho		0,03%	0,79
E	Substituto Afastamento maternidade		0,03%	0,79
F	Substituto Ausência por Doença		1,66%	43,88
Total do Submódulo 4.1				R\$ 307,42
4.2	Submódulo - Intrajornada			Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação			-

Total do Submódulo 4.1				R\$	-
Quadro Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente					
4.1	Substituto nas Ausências Legais				307,42
4.2	Substituto na Intraornada				-
TOTAL				R\$	307,42
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS					
Item	Descrição			Valor (R\$)	
A	Uniformes			120,24	
B	EPI'S			12,36	
TOTAL				R\$	132,59
MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO					
	Descrição		%	Valor (R\$)	
A	Custos Indiretos		5,00%	260,41	
B	Lucro		10,00%	546,86	
C	Tributos			7.015,15	
C - 1	COFINS (Contribuição para Seguridade Social)		7,60%	533,15	
C - 2	PIS (Programa de Integração Social)		1,65%	115,75	
C - 3	ISSQN (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza)		5,00%	350,76	
C - 4	Tributos Estaduais (especificar)		%		
C - 5	Outros Tributos (especificar)		%		
TOTAL				R\$	1.806,93
QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO					

	Descrição	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	2.643,30
B	Módulo 2 - Encargos Sociais e Trabalhistas e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	1.949,25
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	175,67
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	307,42
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	132,59
Subtotal (A + B + C + D + E)		5.208,22
F	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro	1.806,93
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 7.015,15

MODELO PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS	
Processo Nº	
Licitação Nº	
Dia ____ / ____ às ____ : ____ horas	
Data de apresentação da proposta (dia /mês /ano)	
Município/UF:	
Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo: 2024/2025	
Nº de meses de execução contratual:	
Mão-de-obra vinculada à execução contratual	
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO	
Tipo de Serviço: SERVIÇO CONTINUADO DE BRIGADA DE INCÊNDIO PARA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE PRIMEIROS SOCORROS, SALVAMENTO, RESGATE, OPERAÇÃO COM PRODUTOS PERIGOSOS, SEGURANÇA DE OPERAÇÕES COM AERONAVE DE ASAS ROTATIVAS EM HELIPONTO HOSPITALAR, PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO, CAPACITAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E ENGENHARIA DE INCÊNDIO E SEGURANÇA DO TRABALHO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA.	
Unidade de Medida:	
Quantidade total a contratar (Em função da unidade de medida):	
DADOS PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTES A MÃO DE OBRA	
Tipo de Serviço: SERVIÇO CONTINUADO DE BRIGADA DE INCÊNDIO PARA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE PRIMEIROS SOCORROS, SALVAMENTO, RESGATE, OPERAÇÃO COM PRODUTOS PERIGOSOS, SEGURANÇA DE OPERAÇÕES COM AERONAVE DE ASAS ROTATIVAS EM HELIPONTO HOSPITALAR, PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO, CAPACITAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E ENGENHARIA DE INCÊNDIO E SEGURANÇA DO TRABALHO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA.	
Classificação Brasileira de Ocupações (CBO): 5103 - 05	
Salário Normativo da Categoria Profissional: R\$ 2.250,70	
Categoria profissional (vinculada à execução contratual): BOMBEIRO PROFISSIONAL CIVIL	
Data base da categoria (dia/mês/ano): 01º MARÇO	

Salário para o cálculo de insalubridade (quando couber):				
EMPREGADOS				
DESCRIÇÃO		CARGA HORÁRIA	SALÁRIO	
BOMBEIRO CIVIL LIDER - DIURNO		12 X 36	R\$	2.250,70
TOTAL			R\$	2.250,70
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
Item	Descrição	Valor unitário	%	Valor (R\$)
A	Salário base			2.250,70
B	Adicional de Periculosidade		30,00%	675,21
C	Adicional de Insalubridade			-
D	Adicional Noturno			
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida			
F	Outros (especificar)			
TOTAL			R\$	2.925,91
MÓDULO 2 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS				
2.1	Submódulo - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		%	Valor (R\$)
A	Décimo-terceiro salário		8,33%	243,73
B	Férias e Adicional de Férias		3,03%	88,66
Total do Submódulo 2.1			11,36%	332,38

2.2	Submódulo - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Outras Contribuições			%	Valor (R\$)
A	INSS			20,00%	651,66
B	Salário Educação			2,50%	81,46
C	SAT (PERCENTUAL DO RAT AJUSTADO - RELATÓRIO SEFIP/GFIP)			3,00%	97,75
D	SESI/SESC			1,50%	48,87
E	SENAI/SENAC			1,00%	32,58
F	SEBRAE			0,60%	19,55
H	FGTS			8,00%	260,66
Total do Submódulo 2.2					R\$ 1.192,54
2.3	Submódulo - Benefícios Mensais e Diários				
	Descrição		Valor unitário		Valor (R\$)
A	Transporte				124,96
B	Auxílio- Refeição /Alimentação				408,50
C	Gratificação Natalina			R\$	14,58
D	Seguro de vida, invalidez e funeral				-
E	Benefício Social Familiar				-
F	Outros (especificar)				-
Total do Submódulo 2.3					R\$ 548,04
Quadro Resumo do Módulo 2 - Encargos Sociais e Trabalhistas					
2.1	13º (décimo-terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias				332,38
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições				1.192,54

2.3	Benefícios Mensais e Diários			548,04
		TOTAL	R\$	2.072,96
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO				
3	Provisão para Rescisão		%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado		0,42%	12,29
B	Incidência do FGTS s/Aviso Prévio Indenizado		0,03%	0,98
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado		3,48%	101,82
D	Aviso Prévio Trabalhado		1,94%	56,76
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado		0,71%	20,78
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado		0,06%	1,82
		TOTAL	R\$	194,45
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				
4.1	Submódulo - Ausências Legais		%	Valor (R\$)
A	Substituto Férias		9,07%	265,38
B	Substituto Ausências legais		0,82%	23,99
C	Substituto Licença paternidade		0,02%	0,59
D	Substituto Ausências por Acidente de trabalho		0,03%	0,88
E	Substituto Afastamento maternidade		0,03%	0,88
F	Substituto Ausência por Doença		1,66%	48,57
		Total do Submódulo 4.1	R\$	340,28
4.2	Submódulo - Intrajornada			Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação			-

Total do Submódulo 4.1				R\$	-
Quadro Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente					
4.1	Substituto nas Ausências Legais				340,28
4.2	Substituto na Intraornada				-
TOTAL				R\$	340,28
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS					
Item	Descrição			Valor (R\$)	
A	Uniformes			120,24	
B	EPI'S			12,36	
TOTAL				R\$	132,59
MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO					
	Descrição		%	Valor (R\$)	
A	Custos Indiretos		5,00%	283,31	
B	Lucro		10,00%	594,95	
C	Tributos			7.632,02	
C - 1	COFINS (Contribuição para Seguridade Social)		7,60%	580,03	
C - 2	PIS (Programa de Integração Social)		1,65%	125,93	
C - 3	ISSQN (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza)		5,00%	381,60	
C - 4	Tributos Estaduais (especificar)		%		
C - 5	Outros Tributos (especificar)		%		
TOTAL				R\$	1.965,82
QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO					

	Descrição	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	2.925,91
B	Módulo 2 - Encargos Sociais e Trabalhistas e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	2.072,96
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	194,45
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	340,28
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	132,59
Subtotal (A + B + C + D + E)		5.666,19
F	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro	1.965,82
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 7.632,02

MODELO PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS	
Processo Nº	
Licitação Nº	
Dia ____ / ____ às ____ : ____ horas	
Data de apresentação da proposta (dia /mês /ano)	
Município/UF:	
Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo: 2024/2025	
Nº de meses de execução contratual:	
Mão-de-obra vinculada à execução contratual	
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO	
Tipo de Serviço: SERVIÇO CONTINUADO DE BRIGADA DE INCÊNDIO PARA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE PRIMEIROS SOCORROS, SALVAMENTO, RESGATE, OPERAÇÃO COM PRODUTOS PERIGOSOS, SEGURANÇA DE OPERAÇÕES COM AERONAVE DE ASAS ROTATIVAS EM HELIPONTO HOSPITALAR, PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO, CAPACITAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E ENGENHARIA DE INCÊNDIO E SEGURANÇA DO TRABALHO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA.	
Unidade de Medida:	
Quantidade total a contratar (Em função da unidade de medida):	
DADOS PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTES A MÃO DE OBRA	
Tipo de Serviço: SERVIÇO CONTINUADO DE BRIGADA DE INCÊNDIO PARA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE PRIMEIROS SOCORROS, SALVAMENTO, RESGATE, OPERAÇÃO COM PRODUTOS PERIGOSOS, SEGURANÇA DE OPERAÇÕES COM AERONAVE DE ASAS ROTATIVAS EM HELIPONTO HOSPITALAR, PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO, CAPACITAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E ENGENHARIA DE INCÊNDIO E SEGURANÇA DO TRABALHO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA.	
Classificação Brasileira de Ocupações (CBO): 5103 - 05	
Salário Normativo da Categoria Profissional: R\$ 2.250,70	
Categoria profissional (vinculada à execução contratual): BOMBEIRO PROFISSIONAL CIVIL	
Data base da categoria (dia/mês/ano): 01º MARÇO	

Salário para o cálculo de insalubridade (quando couber):				
EMPREGADOS				
DESCRIÇÃO		CARGA HORÁRIA	SALÁRIO	
BOMBEIRO CIVIL LIDER - NOTURNO		12 X 36	R\$	2.250,70
TOTAL			R\$	2.250,70
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
Item	Descrição	Valor unitário	%	Valor (R\$)
A	Salário base			2.250,70
B	Adicional de Periculosidade		30,00%	675,21
C	Adicional de Insalubridade			-
D	Adicional Noturno		20,00%	276,63
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida			
F	Outros (especificar)			
TOTAL			R\$	3.202,54
MÓDULO 2 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS				
2.1	Submódulo - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		%	Valor (R\$)
A	Décimo-terceiro salário		8,33%	266,77
B	Férias e Adicional de Férias		3,03%	97,04
Total do Submódulo 2.1			11,36%	363,81
Submódulo - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Outras Contribuições			%	Valor (R\$)
A	INSS		20,00%	713,27

B	Salário Educação		2,50%	89,16
C	SAT (PERCENTUAL DO RAT AJUSTADO - RELATÓRIO SEFIP/GFIP)		3,00%	106,99
D	SESI/SESC		1,50%	53,50
E	SENAI/SENAC		1,00%	35,66
F	SEBRAE		0,60%	21,40
H	FGTS		8,00%	285,31
Total do Submódulo 2.2				R\$ 1.305,28
2.3	Submódulo - Benefícios Mensais e Diários			
	Descrição	Valor unitário	Valor (R\$)	
A	Transporte		124,96	
B	Auxílio- Refeição /Alimentação		408,50	
C	Gratificação Natalina		R\$	14,58
D	Seguro de vida, invalidez e funeral		-	
E	Benefício Social Familiar		-	
F	Outros (especificar)		-	
Total do Submódulo 2.3				R\$ 548,04
Quadro Resumo do Módulo 2 - Encargos Sociais e Trabalhistas				
2.1	13º (décimo-terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		363,81	
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições		1.305,28	
2.3	Benefícios Mensais e Diários		548,04	
TOTAL				R\$ 2.217,13
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO				

3	Provisão para Rescisão		%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado		0,42%	13,45
B	Incidência do FGTS s/Aviso Prévio Indenizado		0,03%	1,08
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado		3,48%	111,45
D	Aviso Prévio Trabalhado		1,94%	62,13
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado		0,71%	22,74
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso PrévioTrabalhado		0,06%	1,99
TOTAL				R\$ 212,83
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				
4.1	Submódulo - Ausências Legais		%	Valor (R\$)
A	Substituto Férias		9,07%	290,47
B	Substituto Ausências legais		0,82%	26,26
C	Substituto Licença paternidade		0,02%	0,64
D	Substituto Ausências por Acidente de trabalho		0,03%	0,96
E	Substituto Afastamento maternidade		0,03%	0,96
F	Substituto Ausência por Doença		1,66%	53,16
Total do Submódulo 4.1				R\$ 372,46
4.2	Submódulo - Intra jornada			Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação			-
Total do Submódulo 4.1				R\$ -
Quadro Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4.1	Substituto nas Ausências Legais			372,46

4.2	Substituto na Intra jornada			-
TOTAL			R\$	372,46
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS				
Item		Descrição		Valor (R\$)
A		Uniformes		120,24
B		EPI'S		12,36
TOTAL			R\$	132,59
MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
		Descrição	%	Valor (R\$)
A		Custos Indiretos	5,00%	306,88
B		Lucro	10,00%	644,44
C		Tributos		8.266,91
C - 1		COFINS (Contribuição para Seguridade Social)	7,60%	628,29
C - 2		PIS (Programa de Integração Social)	1,65%	136,40
C - 3		ISSQN (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza)	5,00%	413,35
C - 4		Tributos Estaduais (especificar)	%	
C - 5		Outros Tributos (especificar)	%	
TOTAL			R\$	2.129,36
QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO				
		Descrição		Valor (R\$)
A		Módulo 1 - Composição da Remuneração		3.202,54
B		Módulo 2 - Encargos Sociais e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		2.217,13

C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		212,83
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		372,46
E	Módulo 5 - Insumos Diversos		132,59
Subtotal (A + B + C + D + E)			6.137,56
F	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro		2.129,36
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$	8.266,91

PLANILHA AUXILIAR CÁLCULO DO VALE ALIMENTAÇÃO							
FUNÇÕES	A	B	C	D	E	F	G
	QUANTIDADE PROFISSIONAIS	VALOR DO BENEFÍCIO	DIAS TRABALHADOS	CUSTO MENSAL (B x C)	VALOR DA PARTICIPAÇÃO DO PROFISSIONAL (PARTICIPAÇÃO CONFORME CCT)	CUSTO POR PROFISSIONAL (D - E)	CUSTO MENSAL TOTAL POR FUNÇÃO (F x A)
BOMBEIRO CIVIL - DIURNO	14	R\$ 31,50	13	R\$ 409,50	R\$ 1,00	R\$ 408,50	R\$ 5.719,00
BOMBEIRO CIVIL - NOTURNO	14	R\$ 31,50	13	R\$ 409,50	R\$ 1,00	R\$ 408,50	R\$ 5.719,00
BOMBEIRO CIVIL LIDER - DIURNO	3	R\$ 31,50	13	R\$ 409,50	R\$ 1,00	R\$ 408,50	R\$ 1.225,50
BOMBEIRO CIVIL LIDER - NOTURNO	3	R\$ 31,50	13	R\$ 409,50	R\$ 1,00	R\$ 408,50	R\$ 1.225,50
TOTAL	34						R\$ 13.889,00

PLANILHA AUXILIAR ADICIONAL NOTURNO

	A	B	C = (B/220H)	D = (C X 20%)	E	F	G = (E X F)	H	I = (H X G)	J = (I X D)	K = (J X A)
FUNÇÕES	QTDE	SALÁRIO BASE (SALÁRIO + AD PERICULOSIDADE)	SALÁRIO/HORA	20% AD NOTURNO	HORAS A TRABALHAR (22:00 às 05:00)	FATOR HORA NOTURNA REDUZIDA (60M / 52,5M)	HORAS NOTUNAS REDUZIDAS A TRABALHAR	DIAS TRABALHADOS	HORAS NOTURNAS MENSAIS	AD NOTURNO POR PROFISSIONAL	AD NOTURNO POR CARGO
BOMBEIRO CIVIL - NOTURNO	3	R\$ 2.414,97	R\$ 10,98	R\$ 2,20	7	1,142857143	8	13	104	R\$ 228,32	R\$ 684,97
BOMBEIRO CIVIL LIDER - NOTURNO	14	R\$ 2.925,91	R\$ 13,30	R\$ 2,66	7	1,142857143	8	13	104	R\$ 276,63	R\$ 3.872,84
TOTAL	17										R\$ 4.557,81

OBSERVAÇÕES:

- 1 - O SALÁRIO BASE SEGUE ORIENTAÇÃO DO CADERNO TÉCNICO DE VIGILÂNCIA DISPONÍVEL NO SÍTIIO ELETRÔNICO: https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-tecnicos-e-valores-limites/cts-2019/ct_vig_rj_2019.pdf
- 2 - A HORA NOTURNA REDUZIDA FOI APURADA NA PROPORÇÃO 60 MINUTOS / 52,5 MINUTOS, CONFORME ESTABELECE A CLT EM SEU ART. 73 § 1º ONDE DEFINE QUE A HORA NOTURNA TEM 52,5 MINUTOS.
- 3 - OS DIAS TRABALHADOS FORAM ESTIMADOS COM BASE NA CARGA HORÁRIA SEMANAL MÁXIMA DE 36 HORAS ESTABELECIDA NA LEI FEDERAL 11.901/2009, CITADA NO ITEM 13.7 DO TERMO DE REFERÊNCIA.

UNIFORMES					
	PEÇAS	UNID	QUANTIDADE DE ITEM/PEÇA POR PROFISSIONAL ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Calçado Fechado, tipo coturno, em material resistente a chama e impacto	PAR	1	R\$ 305,71	305,71
2	Calça Comprida para bombeiro civil	UD	2	R\$ 167,67	335,34
3	Cinto Comum Vermelho (tipo bombeiro)	UD	1	R\$ 21,00	21,00
4	Cinto Ginástico Operacional de bombeiro	UD	1	R\$ 186,00	186,00
5	Camisa Meia Manga na cor vermelha, contendo o Logo da empresa na frente e a inscrição "BOMBEIRO PROFISSIONAL CIVIL" OU "BOMBEIRO CIVIL" nome do bombeiro e tipo sanguíneo / fator RH	UD	2	R\$ 48,13	96,26
6	Gandola Tática bombeiro civil	UD	2	R\$ 232,42	464,84
7	Boné Operacional de bombeiro	UD	1	R\$ 33,67	33,67
VALOR ANUAL DO UNIFORME POR PROFISSIONAL					R\$ 1.442,82
VALOR MENSAL DO UNIFORME POR PROFISSIONAL					R\$ 120,24

MODELO PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS	
Processo Nº	
Licitação Nº	
Dia ____ / ____ às ____: ____ horas	
Data de apresentação da proposta (dia /mês /ano)	
Município/UF:	
Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo:	
Nº de meses de execução contratual:	
Mão-de-obra vinculada à execução contratual	
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO	
Tipo de Serviço: SERVIÇO CONTINUADO DE BRIGADA DE INCÊNDIO PARA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE PRIMEIROS SOCORROS, SALVAMENTO, RESGATE, OPERAÇÃO COM PRODUTOS PERIGOSOS, SEGURANÇA DE OPERAÇÕES COM AERONAVE DE ASAS ROTATIVAS EM HELIPONTO HOSPITALAR, PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO, CAPACITAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E ENGENHARIA DE INCÊNDIO E SEGURANÇA DO TRABALHO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA.	
Unidade de Medida:	
Quantidade total a contratar (Em função da unidade de medida):	
DADOS PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTES A MÃO DE OBRA	
Tipo de Serviço: SERVIÇO CONTINUADO DE BRIGADA DE INCÊNDIO PARA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE PRIMEIROS SOCORROS, SALVAMENTO, RESGATE, OPERAÇÃO COM PRODUTOS PERIGOSOS, SEGURANÇA DE OPERAÇÕES COM AERONAVE DE ASAS ROTATIVAS EM HELIPONTO HOSPITALAR, PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO, CAPACITAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E ENGENHARIA DE INCÊNDIO E SEGURANÇA DO TRABALHO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA.	
Classificação Brasileira de Ocupações (CBO):	
Salário Normativo da Categoria Profissional:	
Categoria profissional (vinculada à execução contratual):	
Data base da categoria (dia/mês/ano):	
MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DISPONIBILIZADOS NA EXECUÇÃO DO SERVIÇO	

FERRAMENTAL - CORTES E ARROMBAMENTO		R\$	5,52
SOCORRO / RESGATE / SALVAMENTO		R\$	303,74
ACESSÓRIOS DIVERSOS		R\$	124,62
TOTAL		R\$	433,87
CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		%	
Custo Indiretos		5,00%	21,69
Lucro		10,00%	45,56
Tributos			
A	COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60%	44,41
B	PIS - Programa de Integração Social	1,65%	9,64
C	ISSQN - Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	5,00%	29,22
D	Tributos Estaduais (Especificar)	0,00%	
E	Outros tributos (Especificar)	0,00%	
TOTAL CUSTO INDIRETO, TRIBUTOS E LUCRO		R\$	150,53
VALOR MENSAL			
DESCRIÇÃO			
MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DISPONIBILIZADOS NA EXECUÇÃO DO SERVIÇO		R\$	433,87
CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		R\$	150,53
TOTAL INSUMOS APLICADOS NA EXECUÇÃO DO SERVIÇO		R\$	584,40

EQUIPAMENTOS - SOCORRO / RESGATE / SALVAMENTO													
	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	VALOR UNITÁRIO	TOTAL	PERCENTUAL CRÉDITO PIS E CONFINS	VALOR DEDUZIDO CRÉDITO PIS E CONFINS	PERCENTUAL -		VALOR A	VIDA UTIL- MESES	TAXA DE DEPRECIAÇÃO	
								RESIDUAL	RESIDUAL			RESIDUAL	MENSAL
1	Colar cervical regulável (com mínimo, os tamanhos P, M e G), com abertura para traqueia	UD	10	R\$ 71,36	R\$ 713,60	9,25%	R\$ 647,59	20,00%	R\$ 129,52	R\$ 518,07	120	0,83%	R\$ 4,32
2	Prancha rígida de resgate com imobilizador lateral de cabeça e cintos de fixação.	UD	10	R\$ 888,33	R\$ 8.883,30	9,25%	R\$ 8.061,59	20,00%	R\$ 1.612,32	R\$ 6.449,28	120	0,83%	R\$ 53,74
3	Bolsa / Mochila devidamente identificada, para atendimento de múltiplas vítimas de Desastre-método START, contendo todo material necessário (carbões de identificação, lonas de atendimento, coletes, etc).	UD	1	R\$ 3.023,33	R\$ 3.023,33	9,25%	R\$ 2.743,67	20,00%	R\$ 548,73	R\$ 2.194,94	60	1,67%	R\$ 36,58
4	Kit materiais de primeiros socorros	UD	1	R\$ 1.251,33	R\$ 1.251,33	9,25%	R\$ 1.135,58	20,00%	R\$ 227,12	R\$ 908,47	60	1,67%	R\$ 15,14
	Mosqueteão de alpinista	UD	10	R\$ 108,13	R\$ 1.081,30	9,25%	R\$ 981,28	20,00%	R\$ 196,26	R\$ 785,02	120	0,83%	R\$ 6,54
	Fita de ancoragem de alpinista - 120 cm	UD	3	R\$ 94,97	R\$ 284,91	9,25%	R\$ 258,56	20,00%	R\$ 51,71	R\$ 206,84	120	0,83%	R\$ 1,72
	Capacete alpinista	UD	2	R\$ 187,99	R\$ 375,98	9,25%	R\$ 341,20	20,00%	R\$ 68,24	R\$ 272,96	60	1,67%	R\$ 4,55
	Freio em aço carbono com orelha, para corda de 9 mm até 16 mm - 50KN	UD	4	R\$ 240,19	R\$ 960,76	9,25%	R\$ 871,89	20,00%	R\$ 174,38	R\$ 697,51	120	0,83%	R\$ 5,81
	Luva alpinista	UD	2	R\$ 285,67	R\$ 531,34	9,25%	R\$ 482,19	20,00%	R\$ 96,44	R\$ 385,75	60	1,67%	R\$ 6,43
	Descensor autoblocante	UD	2	R\$ 1.516,69	R\$ 3.033,38	9,25%	R\$ 2.752,79	20,00%	R\$ 550,56	R\$ 2.202,23	120	0,83%	R\$ 18,35
5	Shunt - Bloqueador de segurança	UD	2	R\$ 579,24	R\$ 1.158,48	9,25%	R\$ 1.051,32	20,00%	R\$ 210,26	R\$ 841,06	120	0,83%	R\$ 7,01
	Cadeirinha de alpinista	UD	2	R\$ 463,00	R\$ 926,00	9,25%	R\$ 840,35	20,00%	R\$ 188,07	R\$ 672,28	120	0,83%	R\$ 5,60
	Trava queda retrátil em fita 2,5 m	UD	2	R\$ 500,29	R\$ 1.000,58	9,25%	R\$ 908,03	20,00%	R\$ 181,61	R\$ 726,42	120	0,83%	R\$ 6,05
	Talabarte duplo Y	UD	2	R\$ 193,37	R\$ 386,74	9,25%	R\$ 350,97	20,00%	R\$ 70,19	R\$ 280,77	60	1,67%	R\$ 4,68
	Cinto paraquedista	UD	2	R\$ 271,82	R\$ 543,64	9,25%	R\$ 493,35	20,00%	R\$ 98,67	R\$ 394,68	60	1,67%	R\$ 6,58
	Polia simples	UD	4	R\$ 146,51	R\$ 586,04	9,25%	R\$ 531,83	20,00%	R\$ 106,37	R\$ 425,47	120	0,83%	R\$ 3,55
	Corda 12mm - 100 m	UD	1	R\$ 384,80	R\$ 384,80	9,25%	R\$ 349,21	20,00%	R\$ 69,84	R\$ 279,36	60	1,67%	R\$ 4,66

[illegible]

ACESSÓRIOS DIVERSOS													
	DESCRIÇÃO	UNID	QT	VALOR UNITÁRIO	TOTAL	PERCENTUAL -	VALOR	PERCENTUAL -	VALOR RESIDUAL	VALOR A	VIDA UTIL-	TAXA DE	DEPRECIACÃO
						CRÉDITO PIS	DEDUZIDO	CRÉDITO PIS E			MESES	DEPRECIACÃO	
						CONFINs	COFINs	CONFINs	RESIDUAL	DEPRECIAR		MENSAL	MENSAL
1	Esquicho proporcionador de espuma de 1 1/2", com esguicho lançador e tubo pickup	UD	2	R\$ 1.213,13	R\$ 2.426,26	9,25%	R\$ 2.201,83	20,00%	R\$ 440,37	R\$ 1.761,46	120	0,83%	R\$ 14,68
3	Lanterna para balizamento de aeronave, com pilhas	UD	2	R\$ 178,77	R\$ 357,54	9,25%	R\$ 324,47	20,00%	R\$ 64,89	R\$ 259,57	60	1,67%	R\$ 4,33
4	Megafone, com pilhas / bateria	UD	1	R\$ 83,33	R\$ 83,33	9,25%	R\$ 75,62	20,00%	R\$ 15,12	R\$ 60,50	120	0,83%	R\$ 0,50
6	Chave tipo T, para manobra em hidrante	UD	1	R\$ 51,69	R\$ 51,69	9,25%	R\$ 46,91	20,00%	R\$ 9,38	R\$ 37,53	120	0,83%	R\$ 0,31
7	Lanterna portátil LED - 250 lumens	UD	6	R\$ 53,20	R\$ 319,20	9,25%	R\$ 289,67	20,00%	R\$ 57,93	R\$ 231,74	60	1,67%	R\$ 3,86
8	Walkie-talkie Motorola EP 450 e frequência UHF preto 100V / 240V	UD	7	R\$ 1.191,67	R\$ 8.341,69	9,25%	R\$ 7.570,08	20,00%	R\$ 1.514,02	R\$ 6.056,07	60	1,67%	R\$ 100,93
TOTAL													R\$ 124,62

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO						
TESTE HIDROSTÁTICO						
	DESCRIÇÃO	COMRIMENTOS	POLEGADAS	QT	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
1	Mangueiras	15 m	1 1/2"	256	R\$ 15,75	R\$ 4.032,00
2	Mangueiras	15 m	2 1/2"	4	R\$ 18,00	R\$ 72,00
TOTAL - MANGUEIRAS						R\$ 4.104,00
VALOR MENSAL					12 meses	R\$ 342,00
EXTINTORES PORTÁTEIS						
	TIPO	CONTEÚDO	CAPACIDADE	QT	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
1	PQS	Pó Químico Seco	4 Kg	215	R\$ 55,00	R\$ 11.825,00
2	PQS	Pó Químico Seco	6 Kg	22	R\$ 64,67	R\$ 1.422,74
3	CO2	Gás Carbônico	4 Kg	23	R\$ 62,00	R\$ 1.426,00
4	CO2	Gás Carbônico	6 Kg	233	R\$ 73,33	R\$ 17.085,89
5	AP	Água Pressurizada	10 Litros	106	R\$ 56,00	R\$ 5.936,00
TOTAL					599	R\$ 37.695,63
EXTINTORES SOBRE RODAS						

	TIPO	CONTEÚDO	CAPACIDADE	QT	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
1	CO2	Gás Carbônico	25 Kg	1	R\$ 406,67	R\$ 406,67
2	CO2	Gás Carbônico	50 Kg	1	R\$ 663,33	R\$ 663,33
3	EM	Espuma Mecânica	50 Litros	1	R\$ 573,33	R\$ 573,33
TOTAL				3		R\$ 1.643,33
EXTINTORES FIXOS						
	TIPO	CONTEÚDO	CAPACIDADE	QT	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
1	CO2	Gás Carbônico	45 Kg	6	R\$ 640,00	R\$ 3.840,00
TOTAL				6		R\$ 3.840,00
EXTINTORES FIXOS - ESPECIAL						
	TIPO	CONTEÚDO	CAPACIDADE	QT	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
1	FM 200	Heptafluorpropano	5 Kg	2	R\$ 4.900,00	R\$ 9.800,00
2	FM 200	Heptafluorpropano	25 Kg	2	R\$ 14.780,00	R\$ 29.560,00
TOTAL				4		R\$ 39.360,00
TOTAL - EXTINTORES						R\$ 82.538,96
VALOR MENSAL				12 meses		R\$ 6.878,25

PEÇAS / COMPONENTES		
VALOR MENSAL		R\$ 10.000,00
OBSERVAÇÃO:		
1 - SERÁ INDENIZADO AO CONTRATADO SOMENTE O VALOR MENSAL EFETIVAMENTE GASTO COM PEÇAS / COMPONENTES. O DEMONSTRATIVO SERÁ OBJETO DE ANÁLISE.		